



Associação
Empresarial
da Região
de Viseu
de Apoio
ao Desenvolvimento
Económico



newsletter

Viseu, 15 de março de 2019

LEGISLAÇÃO

PROCESSAMENTO DE FATURAS E OUTROS DOCUMENTOS FISCALMENTE RELEVANTES / ARQUIVO

DE DOCUMENTOS

PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

O Decreto-lei 28/2019, de 15 de fevereiro, instituiu todas as regras sobre o processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes, bem como as obrigações de conservação dos elementos de contabilidade das empresas (livros, registos, documentos de suporte).

Destaca-se a possibilidade, desde que o consumidor aceite, das faturas deixarem de ser impressas em papel e passarem a ser emitidas por meio eletrónico, desde que relativas a:

- IVA
- IRC
- IRS

Neste caso, as faturas passam a ser disponibilizadas no Portal das Finanças e enviadas pela empresa por meio eletrónico.

As faturas e os restantes documentos fiscalmente relevantes passam a ser só processadas por uma das seguintes formas:

- Programas informáticos de faturação, incluindo aplicações de faturação disponibilizadas pela AT.
- Outros meios eletrónicos, nomeadamente máquinas registadoras, terminais eletrónicos ou balanças eletrónicas.
- Documentos pré-impressos em tipografias autorizadas.

Os programas informáticos devem ser previamente certificados pela AT e são de utilização obrigatória pelas empresas, desde que o seu volume de negócio seja superior a € 75.000,00, em 2019 e a € 50.000,00, a partir de 2020.

Exige esta nova Legislação, que os documentos processados por meios eletrónicos que são apresentados ao consumidor para conferir bens ou serviços vendidos (ex.: pré-fatura, consulta de mesa e outros), passem a conter:

- Número sequencial do documento;
- Data e hora de emissão;
- Nome da empresa e número de identificação fiscal do fornecedor dos bens ou prestador de serviços.

É dispensada a comunicação de inventários para contribuintes abrangidos pelo regime simplificado do IRC ou de IRS.

Emissão e validade dos documentos de transporte:

Os documentos de transporte, são emitidos eletronicamente ou em papel utilizando documentos pré-impressos em tipografias autorizadas, sendo comunicados à AT antes do início do transporte por transmissão eletrónica de dados, ou, no caso dos impressos em papel, mediante comunicação por telefone sendo posteriormente inseridos no Portal das Finanças, até ao 5º dia útil seguinte ao transporte.

Os documentos podem ser transmitidos através de :

- Programa informático que tenha certificação da AT;
- Portal das Finanças;

- Papel, utilizando-se documentos pré-impressos devidamente autorizados.

Prazo de conservação de documentos:

Os livros, registos e documentos de suporte **devem ser arquivados pelo prazo de 10 anos**, desde que fique garantida toda a informação neles contida em formato digital. Se os contribuintes exercerem direitos com um prazo superior, devem manter estes elementos, até ao termo do prazo de caducidade para a liquidação dos impostos correspondentes.

Os documentos de transporte devem ser guardados até ao final do 4º ano seguinte ao da sua emissão, sendo os documentos de transporte destinados ao remetente e ao destinatário, bem como os destinados à inspeção tributária que não tenham sido recolhidos.

Os sistemas de arquivos dos elementos da contabilidade das empresas, podem ser totalmente eletrónicos, mesmo para os documentos processados em papel, que passam a poder ser digitalizados e arquivados eletronicamente.

Este diploma entra em vigor no dia 16 de fevereiro de 2019, embora algumas regras só produzem efeitos a partir de 1 de janeiro de 2020.

A PARTIR DE 2020:

A partir de 2020 as faturas passam a incluir um código único de documento e código de barras bidimensional, para reforçar o controlo e o combate à fraude e evasão fiscais, mas que permitirá também que os contribuintes comuniquem as faturas de despesas, para efeitos de dedução no IRS, mesmo que estas não contenham o seu número de identificação fiscal.

PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

A Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais publicou o **DESPACHO 85/2019**, em 1 de março, que veio clarificar alguns dos aspetos previstos no citado Decreto-lei 28/2019, de 15 de fevereiro.

Nomeadamente, prorrogou alguns dos prazos ali previstos, tendo em conta os encargos adicionais e a necessidade de adaptação das empresas.

Assim, as seguintes obrigações poderão ser cumpridas, sem quaisquer penalidades, até 1 de julho de 2019:

- Obrigação de utilização exclusiva de programas de faturação previamente certificados pelo AT, prevista no Artigo 4º do Decreto-lei 28/2019, para os sujeitos passivos que não se encontravam abrangidos por esta obrigação nos termos da Portaria 363/2010;
- Obrigação de assegurar os requisitos gerais dos programas informáticos de faturação e contabilidade previstos no Artigo 11º do citado Decreto-lei, na parte em que diz respeito à integridade operacional; à integridade dos dados de suporte e à disponibilidade da documentação técnica relevante de programas de faturação e contabilidade, considerando a que a tal já não eram obrigados.

A obrigação dos sujeitos passivos indicarem na declaração de início ou alteração da atividade o estabelecimento ou instalação em que será feita a centralização do arquivo bem como a localização do arquivo em suporte eletrónico, apenas deverá ser efetuada após publicação de Portaria que altere os modelos das declarações de início e de alteração da atividade, iniciando-se assim nessa data a contagem do prazo previsto no nº1 do Artigo 43º do referido Decreto-lei.

Para mais esclarecimentos ou informações consulte o GCJF (Gabinete de Consultoria Jurídica e Fiscal) da AIRV.